





eSocial: o que muda para o seu condomínio?







Atualmente, muito se fala do eSocial, o sistema público de escrituração digital que objetiva unificar todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empresas, incluindo também os condomínios. A nova plataforma simplifica os processos de envio de informações de funcionários ao Governo Federal, visando assim evitar fraudes e garantir direitos aos trabalhadores. Confira na página 4.





GRUPO CONTADATA

- CONTÁBIL
- CONDOMINIAL E
 - IMOBILIÁRIA



Rua Joventina Alves, 285 - Bairro Salgado Filho - Aracaju/SE Tels.: (79) 4009-9850 - 4009-9851 - contadata@contadataltda.com.br - www.contadataltda.com.br

Jornal .. Síndico

Autorizado pela Publik Editora Ltda.
para uso da marca.
Circulação: 10 a 31 de AGOSTO
Fundador: Aroldo de Lima Marcelo
Jornalista Responsável
Cecília Lima - RP: 3268/DRT/PB
Redação: Andréa Mattos
Reg. prof. 1224 LSF 14 DRT/BA
Assessoria Jurídica
Dr. Átila Gadelha Marcelo • OAB/BA 24.542

Diretor em Aracaju Roberto Santos • (79) 99638-6567/3303-6743

Depto. Comercial em Aracaju (79) 99103-0741 • 3303-6743 Editoração em Aracaju



jon6than@outlook.com • (79) 98103-6238

Franqueados

ABC Paulista/SP - 11 4509.5853 - 5.500 Exemplares ruy@jornaldosindico.com.br Aracaju/SE - 79 3303-6743 - 3.000 Exemplares roberto@jornaldosindico.com.br

Baixada Santista/SP - 13 4009.3971 - 13.500 Ex. baixadasantista@jornaldosindico.com.br Belém/PA - 91 3246.5534 - 5.000 Exemplares

belem@jornaldosindico.com.br **Belo Horizonte/MG** - 31 3337.6030 - 16.000 Ex.

marcio@jornaldosindico.com.br **Brasília/DF** - 61 3964.1757 - 8.000 Exemplares brasilia@jornaldosindico.com.br

Campinas/SP - 19 3233.1652 - 8.000 Exemplares campinas@jornaldosindico.com.br

Curitiba/PR - 41 3029.9802 - 8.000 Exemplares maurilei@jornaldosindico.com.br

Fortaleza/CE - 85 3283.2627 - 6.000 Exemplares fortaleza@jornaldosindico.com.br

Goiânia/GO - 62 3091.2021 - 6.000 Exemplares goiania@jornaldosindico.com.br

Natal/RN - 84 3086.9884 - 3.000 Exemplares natal@jornaldosindico.com.br

Niterói/RJ - 21 2622.5312 - 5.000 Exemplares niteroi@jornaldosindico.com.br

Petrolina/PE - 87 8825.9245 - 1.000 Exemplares petrolina@jornaldosindico.com.br

Recife/PE - 81 3053.9894 - 10.000 Exemplares recife@jornaldosindico.com.br

Rio de Janeiro/RJ - 21 2210.2902 - 20.000 Ex. riodejaneiro@jornaldosindico.com.br

São Paulo/SP - 11 5572.5250 - 20.000 Exemplares livia@jornaldosindico.com.br

Salvador/BA - 71 3354-0310 - 8.000 mil exemplares salvador@iornaldosindico.com.br

Sorocaba/SP - 15 3418.1181 - 3.000 Exemplares sorocaba@jornaldosindico.com.br

OBRAS NO CONDOMINIO: QUAL A RESPONSABILIDADE DO SINDICO?



Relber Almeida de Sousa - OAB/SE 9.772

Advogado Especialista em Direito Condominial e Direito Tributário

Email: duvidas@almeidagui-maraes.adv.br

Site: www.almeidaguimaraes.

adv.b

Na coluna deste mês iremos abordar sobre a responsabilidade do sindico em obras e serviços no condomínio, tanto os realizados pelo próprio condomínio quanto pelos condôminos em suas unidades.

Um dos aspectos que observamos com certa frequência, é a inobservância ou a falta de fiscalização quanto as obras e serviços realizados nas unidade autônomas, pois muitas das vezes é um trabalho até inglório para o sindico fiscalizar tais situações. Tendo em vista que, os proprietários e possuidores das unidades autônomas têm que podem fazer tudo em suas unidades, pois aqui é seu e ninguém pode se meter.

Todavia, não é bem assim que as coisas de-

O Jornal do Síndico não se responsabiliza por conceitos e ideias emitidas em artigos assinados ou em matérias pagas, bem como promessas ou conteúdo expressos em anúncios aqui publicados, sendo de responsabilidade exclusiva dos anunciantes. proibida reprodução total ou parcial sem prévia autorização.

vem ocorrer, haja visto que em razão da própria natureza do bem em questão que estamos falando ser uma situação em particular no direito.

Já que, quando o indivíduo compra uma unidade autônoma do condomínios edilícios, que no direito condominial se traduz na fração ideal, também, adquiri o bem indivisível que compõem o condomínio, os quais se resumem a tudo aquilo que não seja a fração ideal das unidades autônomas.

Destarte, em termos gerais, por viver em condomínio os indivíduos tem que observar que suas ações ou omissões podem resultar em prejuízo as demais unidades, e por consequência ao condomínio como todo. Portanto, quando houver o intuito de realizar obras e alguns serviços nas unidades, a exemplo de telefonia, internet, rede elétrica, reformas em geral, salvo pintura, é dever do condômino informar ao condomínio sobre o que se irá fazer, e também dos funcionários, colaboradores e demais condôminos auxiliar o sindico na fiscalização, afim de assegurar que as obras estejam sendo realizados nos parâmetros legais.

Para tanto, a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), em sua NBR 16280 traça os parâmetros para obras e serviços em condomínio, afim de preservar o bem comum e a vida daqueles que residem naqueles locais. É nela que o sindico, condomínio e prestadores de serviços devem observar antes de fazer qualquer serviços em condomínios.

Neste tom, iremos expor o que o sindico, condôminos e prestadores de serviços devem observar. Primeiramente, o condomínio ou condômino que quiser realizar obras, incialmente deve procurar profissionais ou empresas que estejam devidamente inscritos em seus órgãos de classe, comumente é o CREIA

AMIGO SÍNDICO FAÇA SUA RENDA EXTRA, NOS INDIQUE CLIENTES VENDA E ALUGUEL E GANHE POR CADA CAPTAÇÃO.

LIGUE AGORA E FAÇA SEU CADASTRO PARA PARTICIPAR DESSE PROJETO.



(Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), com o fito que estes realizem os projetos da obra, indicando neste um responsável técnico pela obra num documento denominado ART (responsabilidade técnica).

Feito o projeto, onde constará o que será feito e como será feito, o mesmo deve ser apresentado e protocolado ao condomínio, afim de dar ciência ao sindico do que estará ocorrendo, bem como que o condomínio permita ou não a realização da obra. Habitualmente, basta o sindico observar se os documentos para a obra estão juntados e que o responsável técnico pela obra garante a segurança, a exemplo do projeto e do ART (porém, podem haver outros documentos necessários), e no caso está tudo de acordo com a NBR 16280, o sindico autoriza a realização da obra.

Assim, durante a execução da obra, o caso das unidades autônomas, cabe ao condômino a fiscalização da obra juntamente do sindico, e no caso do condomínio ser o responsável pela obra, cabe ao sindico fiscalizar, afim de averiguar se tudo estar sendo realizado conforme o projeto. Pois, assim, resta garantido que a responsabilidade sobre quaisquer danos sejam imputados ao responsável técnico da obra ou serviço. O síndico deve exigir que a ART (responsável técnico) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) seja detalhada, isso ajuda a identificar se existem alterações sendo feitas que não estavam previstas. Caso o síndico identifique que estão sendo executadas mudanças não previstas, ele deve solicitar a paralisação da reforma para que sejam feitos os ajustes na documentação e uma nova análise para aprovar a obra.

Aliás, este é o mesmo procedimento que o sindico deve ter quando tomar conhecimento de uma obra não autorizada, pois caso o sindico

Parceria
UNINASSAU com o
Jornal do Sincico

PROPICIA À VOCÊ

Mini Cursos · Palestras

Workshops · Condições
Especiais

Mini oficinas +E muito

Treinamentos Mais

PROPICIA À VOCÊ

Isage Santos · Consultor Comercial

20 (20) 9 9808-0941

tenha ciência que uma das unidades está passando por obras ou serviços, e não tenha exigidos os documentos necessários para a realização da obra, pode o condomínio e o sindico ser responsabilizado juntamente com o condômino dono da obra por eventuais danos.

Contudo, no caso do condômino se recusar a parar a obra, e insistir no prosseguimento desta, o sindico deve ingressar com uma ação junto ao poder judiciário com intuito que por ordem judicial se faça cessar toda e qualquer obra.

Em todos os casos, após a realização da obra deve o condomínio observar a NBR 16280 no intuito de garantir a segurança do condomínio e daqueles residem nele. E arquivar todos os documentos da obra.

Este artigo tem por objetivo alertar os síndicos acerca da importância de fiscalizar obras que estejam ocorrendo nas unidades autônomas, e os procedimentos a serem adotados tanto em obras nas unidades quanto as realizadas pelo próprio condomínio. Posto que, o síndico é responsável por cobrar, verificar se toda a documentação foi entregue e guardar

os documentos, também deve fiscalizar a obra para que seja executado somente o que foi aprovado no plano de reforma, se caso o sindico permita a realização de alguma obra em desconformidade com o exposto, pode o mesmo ser responsabilizado cível e criminalmente.

Outrossim, a NBR 16280 esquematiza as etapas da obra e lista os requisitos para antes, durante e depois de uma reforma em um prédio ou em uma unidade. Ela afasta definitivamente o chamado "Zé da colher, o faz-tudo, o curioso ou o amadorismo" e "privilegia a boa técnica".

Por fim, em todo caso sempre o sindico deve se cercar de uma consultoria e assessoria jurídica competente para resguardar o condomínio e o sindico.

Ficou com alguma dúvida? Nos envie a dúvida pelo e-mail: duvidas@almeida-guimaraes.adv.br; ou pelo Whatsapp: (79) 98825-1790.



4 Jornal & Síndico

eSocial: o que muda para o seu condomínio?

SIMONE GONÇALVES - Advogada

Email:contato@simonegoncalves.com.br www.simonegoncalves.com.br

tualmente, muito se fala do eSocial, o Atualmente, muno se mu as sistema público de escrituração digital que objetiva unificar todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empresas, incluindo também os condomínios.

A nova plataforma simplifica os processos de envio de informações de funcionários ao Governo Federal, visando assim evitar fraudes e garantir direitos aos trabalhadores.

Com a implementação do novo sistema, haverá considerável redução de tempo e custos quanto a 15 obrigações, já que este altera o atual procedimento utilizado para preencher e entregar formulários e declarações.

Embora a plataforma tenha por objetivo empresas, os condomínios não estão isentos do eSocial.

Evocê sabe que muda para o seu condomínio com o eSocial?

Conforme já referido, o eSocial é um sistema eletrônico que busca reunir informações de cunho trabalhista, previdenciário, fiscal e tributária resultante de relações de trabalho, formando assim, um banco de dados único.

O atual sistema vem tornando-se obrigatório desde janeiro/18 para empresas com faturamento anual acima de R\$ 78 milhões, conforme cronograma da implantação, sendo que a partir de 16 de Julho/18 passou a ser obrigatório também para os condomínios.

A plataforma foi criada a fim de substituir a entrega de formulários individuais e declarações à qual o empregador é submetido atualmente.

Assim, por tratar-se de um sistema novo e obrigatório, há necessidade de mudanças quanto a gestão condominial.

Veja que, síndicos e administradores, estarão sujeitos ao pagamento de multas por atrasos no envio das informações de funcionários/colaboradores que atuam no condomínio.

Desse modo, os condomínios terão que fazer ajuste na gestão condominial a fim de evitar prejuízos futuros.





Embora a maioria dos condomínios conte com serviços de empresas administradoras, as quais são as responsáveis pelos envios das informações, o síndico tem que estar atento, pois qualquer multa ou irregularidade recairá sobre o condomínio.

Já quanto aos condomínios que tem preferência pela autogestão, o síndico deverá buscar conhecimento e auxílio para aderir corretamente às mudanças trazidas pela nova plataforma.

Tendo em vista as diversas informações a serem transmitidas, é indicado aos condomínios buscar uma assessoria profissional a fim de evitar irregularidades quanto às novas regras.

Importante: aqueles condomínios que contam apenas com funcionários terceirizados também devem se cadastrar no eSocial.

É dever do síndico/administradoras manter os dados cadastrais atualizados de todos os funcionários, prevenindo e evitando assim as multas previstas na legislação.

Quanto aos condôminos, no que diz respeito ao eSocial, apenas terão participação no casos de "rateio de multas", quando estas forem estipuladas ao condomínio por descumprimento das novas regras, seja este administrado por autogestão ou administradora.

Comosevê, síndicos, administradoras, contadores, advogados, dentre outros devem ficar atentos as novas responsabilidade,

evitando assim que os condomínios sofram prejuízos.

Por isso, é preciso que todos os envolvidos na gestão condominial do seu condomínio tenham conhecimento e estejam preparados para por em prática as novas exigências.

Veja que o novo sistema não cria nenhuma nova obrigação para o condomínio, apenas cria uma nova metodologia de envio de informações que já são obrigatórias, facilitando assim a fiscalização pelo Governo Federal.

Desse modo, independente do condomínio ter uma administradora ou optar pela autogestão, terá que se adaptar e cumprir as novas regras, respeitado os prazos preestabelecidos pelo Governo.

Na prática: o envio periódico de todas as informações será realizado por meio digital!

Assim, pelos motivos aqui já expostosos, dentre outros, é dever do síndico ter conhecimento sobre os novos procedimentos do eSocial,

uma vez que ele é o responsável, embora muitos optem por ter administradora terceirizada, isso não afasta as responsabilidades e deveres dos síndicos.

Portanto, para inserir corretamente o novo sistema no condomínio, é fundamental a colaboração e participação do síndico, pois ele foi o eleito para administrar, ou seja, é ele o responsável, mesmo que tenha delegado poderes a uma administradora.

Assim, é imprescindível o síndico ter conhecimento se todas as novas obrigações do condomínio estão respeitadas. Conheça nosso Blog e cadastrese para receber gratuitamente conteúdos e atualizações. http://simonegoncalves.com.br/blog/







Matriculas abertas para o **Curso Técnico** em Condomínio

Nentro Estadual de Educação **∠**Profissional José Figueiredo Barreto. Rua Laranjeiras 1919, bairro Getúlio Vargas.

Quadro de vagas para os Cursos:

Técnico em Condomínio, o Ano Letivo de 2018.2 na forma Subsequente (Ensino Médio concluído).

Matriculas até 17 de agosto 2018 das 8h às 21h.

Curso Técnico em Condomínio 1 ano e meio Vagas Manhã 40 Noite 80 Pré-Requisitos 16 anos e Ensino Médio completo.

Marco Antonio Assis Silva **Diretor do CEEP JBF** 79 9 98060768.





Parceria Filtros & Cia e Cortina de Vidro

Agora envidraçamento de varandas e sacadas da Cortina de Vidro (marca registrada) fechou parceria com a Filtros & Cia fazemos as medidas e entregamos orçamento sem compromisso, a Cortina de Vidro tem a sede em Aracaju e lojas licenciadas em 16 estados sendo a única empresa que tem patente registrada, por isto dá uma garantia de 5 anos com manutenção preventiva semestral sem custo adicional, as melhores obras de Aracaju tem envidraçamento com a Cortina de Vidro, tenha esta comprovação com nossa visita basta você para **Aliomar 079-99674-0416.**









Seguros protegem, mas condomínios resistem

*Andréa Mattos

Infelizmente, ainda é grande o número de condomínios que contam apenas com a sorte. Torcem para que o prédio em que moram não desabe, os bens não sejam roubados/ danificados, mesmo sabendo que segurar totalmente as partes comuns do prédio não custa caro.

Impossível viver sem seguros, principalmente para quem vive em condo-**▲** mínios. Mas, os síndicos ainda têm muitas dúvidas quanto aos valores e itens quem devem ser segurados. Que critérios devem ser levados em conta na hora de assinar as apólices de seguros? Perguntas como estas são muito comuns e vale a pena rever os contratos e, caso o seu condomínio não possua um seguro, veja as alternativas. Existem vários pacotes comercializados pelas seguradoras, o que possibilita que o condomínio adquira aquele que couber no orçamento, mas que garanta a segurança da parte edificada.

Cobertura de incêndio

Na verba de prédio (edifícios), considere o valor de construção do edifício. Também inclui-se nesta verba as benfeitorias ou melhorias incorporadas ao condomínio e aos bens de uso comum, como muros, garagens/ pátio, edículas, churrasqueiras e similares. As paredes que separam dois prédios e não possam ser caracterizadas como pertencentes a somente um deles, ou as lajes que isolam pavimentos residenciais ou comerciais, devem ter seu valor dividido entre os respectivos prédios ou pavimentos.

Compreende-se por verba de prédio a construção com seus anexos, revestimentos (carpetes, lambri, papel de parede, vidros, espelhos fixados nas paredes) e instalações de água, luz, força, gás e telefone, incluindo muros, macas, playground, edículas, churrasqueira, piscina, garagens e similares; elevadores, escadas rolantes e respectivas instalações; pára-raio, luz, piloto, antenas (inclusive parabólicas) e suas instalações; portões eletrônicos, porteiros eletrônicos e seus acessórios; sinaleiro de garagem e similares e postes de iluminação; instalação de aparelhamento de combate a incêndio ou similares; central de iluminação de emergência; anúncios luminosos. Letreiros e painéis;

Central de gás, refrigeração/calefação, ventilação, exaustores e suas instalações, inclusive cadeiras, bombas para recalque d'água, aparelhos para água quente; geradores transformadores; torres de aquecimento ou refrigeração; circuito de TV; filtros da piscina; sistema de segurança.

Importante



ENGENHARIA COM TECNOLOGIA PARA SUA CONFIANÇA E SEGURANÇA 👶

ENGENHARIA CONDOMINIAL

- > Inspeção Predial Completa e Subaquática em piscinas;
- > Laudo Técnico de recebimento de obra;
- > Laudo Técnico de recebimento das partes comuns do empreendimento;
- Laudo Técnico para Acompanhamento de Reformas NBR 16280/2015;
- > Laudo Técnico Pericial;
- > Laudo de Técnico de Vistoria de Vizinhança;
- > Laudo de Vistoria Cautelar;
- > Elaboração de Plano de Manutenção Predial - NBR 5674:2012.

CONSULTORIA CONDOMINIAL

- > Avisos sobre novas leis e Normas;
- > Suporte de Engenharia em ações judiciais;
- Apoio na contratação de empresas de Engenharia;
- > Organização de Assembleias Editais de Engenharia e assessoria geral;
- > Assessoria para Manutenção, Reformas e Serviços em Geral;
- Representação do Condomínio Perante Órgãos da Administração Pública e outras Instituições na área de Engenharia;
- > Equipes de : Arquiteto, Engenheiros Civil, Eletricista, Mecânico e Meio Ambiente.

Para efeito de seguro, atente para o valor (custo) da construção do edifício, portanto não considere o valor do terreno e a localização do imóvel. É necessário acrescentar à verba do prédio uma quantia para os custos de desentulho do local que, conforme as características do sinistro, podem atingir valores expressivos. Para estabelecer a verba de conteúdo (maquinismos, móveis e utensílios), considere os valores necessários à reposição por similar no mercado nacional.

Também faz parte desta verba: mobiliário de uso comum do condomínio, inclusive tapetes, cortinas, decoração (exceto obras de arte); utensílios, incluindo materiais de expediente e limpeza; máquinas e equipamentos não especificados no item prédio;

Esclarecimentos adicionais

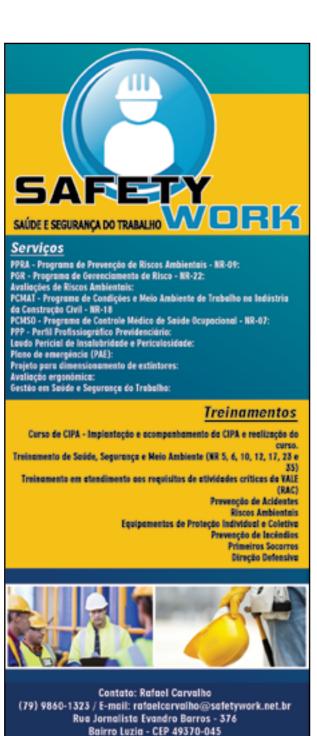
Como função social do seguro é a reposição de bens atingidos

por eventuais sinistros, a determinação das indenizações para edifícios, maquinismos, móveis e utensílios tomará por base o valor atual, isto é, o custo de reposição ao preço corrente no dia e local do sinistro, menos a depreciação pela idade, uso e estado de conservação.

O seguro não cobre os bens de propriedade de terceiros. Os bens instalados por locatários do prédio que possam ser retirados por ele no final da locação e mercadorias prontas, faturadas, porém não entregues, ou mercadorias em consignação, deveram possuir seguro especifico.

Bens como máquinas copiadoras, centrais telefônicas, computadores e outros deverão possuir menção especifica na proposta de seguro indicando seus beneficiários.

*A autora é jornalista e colaboradora do Jornal do Síndico



Regulamentação do distrato de imóveis

*Rodrigo Karpat e Luís Fernando Teixeira de Andrade

Em junho agora, foi aprovada na Câmara dos Deputados a regulamentação do distrato de imóveis. As novas regras procuravam proteger os direitos dos consumidores adimplentes, além de assegurar juridicamente o mercado imobiliário, mas o projeto deve sofrer modificações no Congresso.

Esse projeto de lei procura alterar as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano.

O Projeto de Lei nº 1.220/ 2015, de autoria do deputado Celso Russomanno (PRB-SP), tem como objetivo normatizar a desistência do contrato de incorporação imobiliária comprador e estabelece prazos e valores para a devolução dos valores pagos.

A normatização do valor a ser devolvida em caso de desistência do contrato de compra e venda de imóvel adquirida na planta é necessária uma vez que há muitos contratos que dispõe a perda da totalidade dos valores pagos.

Por este motivo os consumidores têm que entrar na Justiça para pleitear a devolução dos valores pagos, sendo que o Judiciário tem determinado a devolução entre 75 e 90% dos valores pagos para os consumidores.

A normatização, portanto, faz com que, por um lado, a incorporadora tenha uma melhor previsibilidade de suas receitas e, por outro lado,



Jornal & Síndico



GESTÃO E EXECUÇÃO DE MANUTENÇÕES PREDIAIS

GESTÃO DE FACILIDADES

A FMEC fornece um pacote de serviços preventivos e corretivos com check-lists e procedimentos baseados em normas e manuais de manutenção a cada disciplina e modelo de sistemas.

- Sistemas Hidraúlicos e Sanitários;
- Sistemas de Segurança Eletrônica;
- Instalações Elétricas;
- Sistemas de Incêndio;
- Ar-Condicionados;
- Alvenarias;
- Pinturas;
- Outros:



Atuamos nas seguintes modalidades: /

Por chamado;

🗹 Por preventiva periódica;

Com disponibilidade de mão-de-obra;

NÓS CUIDAMOS DOS SEUS ATIVOS!

contato@fmec.com.br 3303-6743 | 79 9 9956-9610

Solicite uma visita para avallação de suas necessidades.

poderá haver uma diminuição do litígio quando falamos da compra e venda de imóveis,

Porém, o Projeto de Lei que poderia reduzir o número de litígio, teve a inclusão ao texto original, de casos em que deverá haver a devolução de apenas 50% do valor pago pelo comprador, o que novamente poderá gerar litígios, por poder ser considerado um abuso e uma ofensa dos direitos dos consumidores.

Exatamente por entender haver abuso na devolução de apenas 50% do valor pago é que o projeto, após a aprovação pela Câmara dos Deputados, foi rejeitado, por 14 votos a 6 na Comissão de Assuntos Econômicos (SEA) do Senado.

Mesmo com a rejeição pela Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto seguirá para votação no Senado, que poderá ser aprovado da forma como está ou ainda poderá ser novamente alterado, caso em que o projeto deverá retornar para nova aprovação pela Câmara.

Principais mudanças do texto apresentado pelo Dep. Celso Russomanno.

- 1. No caso do empreendimento que tem seu patrimônio separado da construtora (patrimônio de afetação), o consumidor (comprador) que desiste do imóvel tem direito a receber 50% dos valores pagos, após a dedução da corretagem.
- 2. Caso o empreendimento não esteja com o patrimônio assegurado dessa forma, a multa que fica com a incorporadora é de 25% sobre os valores pagos pelo comprador em caso de desistência. Já a devolução dos valores com a multa de 25% para empreendimentos sem patrimônio afetado ocorrerá em 180 dias depois do distrato.

Uma coisa interessante e muito boa para o comprador é que no caso do patrimônio afetado, como as parcelas pagas não entram como patrimônio da incorporadora, isso faz com que, caso a incorporadora ou a construtora tenham problemas financeiros, como falência (por exemplo), esse valor







Síndico

No seu condomínio as assembleias costumam dar problemas?

A Brasil Condomínio tem a solução.

Consulte-nos e tenha uma gestão de sucesso!

Brasil Condomínio

Rua Pedro José do Nascimento, nº 2982
Bairro Luzia - Conjunto Médice II | Aracaju/SE
(79) 3085-1863 Tim (79) 9 9100-5921
Vivo (79) 9 9844-0427 Oi (79) 9 8822-6496
www.brasilcondominio.com.br

Administração de Condomínio para apoiar, valorizar e tranquilizar.

não entra como parte da massa falida.

- 3. Outro ponto importante é quando o comprador desistente da compra e apresenta um interessado em ficar com o imóvel. Nesse caso, não haverá retenção da pena contratual (25% ou 50%). Claro que a incorporadora tem que aprovar essa operação. Já em relação a revenda do imóvel objeto do distrato antes do prazo para pagamento da restituição, o valor a devolver ao comprador ocorrerá em até 30 dias da revenda.
- 4. Outro problema muito comum quando falamos em novos empreendimentos é o atraso na entrega. O projeto dispõe o prazo de 180 dias de prorrogação em relação a entrega,

não podendo haver multa ou pedido de rescisão por conta do atraso, desde que esses parâmetros estejam dispostos em contrato. Após esse prazo, o comprador poderá pedir a rescisão, recebendo todos os valores pagos, além da multa estabelecida, corrigidos em até 60 dias corridos do pedido de distrato.

Caso o comprador não rompa o contrato, na entrega das chaves, o comprador tem o direito de receber indenização de 1% do valor efetivamente pago (corrigidos) à incorporadora para cada mês de atraso.

5. Por último, o texto traz um ponto importante, caso o comprador





12 Jornal & Síndic



desista da compra do imóvel em até 7 dias, o mesmo receberá todos os valores pagos, inclusive a comissão de corretagem.

Em conclusão, essa regulamentação serve ao setor imobiliário como um marco regulatório, já que traz maior segurança para as incorporadoras na comercialização dos seus empreendimentos. O objetivo é dar mais equilíbrio nas relações comerciais entre incorporadoras e consumidores, e faz com que os envolvidos não necessitem entrar com uma ação judicial para resolver os problemas em relação a desistência de compra ou, por exemplo, falência da construtora/ incorporadora, entretanto, se o Legislativo aprovar e o executivo sancionar um texto com previsão de devolução de valores muito abaixo daquele que vem sido atualmente decido pela Justiça, de nada terá adiantado, pois os litígios certamente continuarão.

*Dr. Rodrigo Karpat, advogado militante na área cível há mais de 10 anos, é sócio fundador do escritório Karpat Sociedade de Advogados e considerado um dos maiores especialistas em direito imobiliário e em questões condominiais do país. Além de ministrar palestras e cursos em todo o Brasil, Dr. Rodrigo Karpat é colunista do Elemidia, do site Síndico Net, do Jornal Folha do Síndico, do Condomínio em Ordem e de outros 50 veículos condominiais, é consultor da Rádio Justiça de Brasília, do programa É de Casa da Rede Globo e apresenta os programas Vida em Condomínio da TV **CRECI e Por Dentro dos Tribunais do Portal** Universo Condomínio, além de ser membro efetivo da comissão de Direito Condominial da OAB/SP.

* Dr. Luís Fernando Teixeira de Andrade, advogado especialista em direito imobiliário, coordenador da área imobiliária no escritório Karpat Advogados.





LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE AMBIENTES

- Limpeza técnica e higienização de shoppings, galerias, escritórios, escolas, universidades, indústrias, bancos, lojas, órgãos públicos;
- Limpeza técnica e higienização de reservatórios de
- Limpeza especializada em janelas e fachadas de vidros:
- Limpeza e conservação de passeios, passarelas, pátios, estacionamentos e garagens.

Telefone: (79) 3223-4745

Grande evento do grupo união supervisores

O rencontro do grupo união supervisores é a confirmação do melhor e mais organizado grupo; parabéns ao incansável Roberto Rosemberg que com sua dedicação transformou o Grupo União no melhor e maior



grupo de Sergipe, e como foi Bonito ver os supervisores com suas famílias em um domingo de festa com bastante interação e muita alegria,vamos pra o 8º encontro em março com fé em Deus, Ressaltou Roberto.













Jornal & Síndico

PORQUE TRATAR A INADIMPLÊNCIA DO SEU CONDOMÍNIO ATRAVÉS DA MEDIAÇÃO?



DRA ELIZA MARQUES

Advogada. Pós Graduada em Direito Tributário pelo IBET. Diretora Administrativa da MEDIA Soluções de Conflitos. Mestranda em Direito e Gestão de Conflitos pela UNIFOR. Mediadora e Árbitra vinculada a MEDIA Soluções de Conflitos.

 \mathbf{E} cediço no cenário de crise econômica atual o crescimento vertiginoso de ações judiciais em decorrência de inadimplência de taxas condominiais. A alta do desemprego, a diminuição do poder de compra das pessoas, o desaquecimento do mercado imobiliário, dentre outros fatores contribuem para o aumento das taxas de inadimplência, e por via de consequência, a interposição de uma quantidade maior de ações judiciais visando o recebimento destes créditos.

Todavia, neste texto, vamos propor uma mudança de paradigma, propor o pensamento mais crítico acerca da opção de judicialização das demandas que visem a cobrança de taxas condominiais.

Iniciamos refletindo acerca do pensamento automático de buscar o judiciário para acionar o condômino inadimplente. Será que não poderia ser adotada uma postura diferente por parte do condomínio para tratar essa questão?

É sabido que além da judicialização existem outros mecanismos de resolução de conflitos que apresentam as suas características e vantagens, não somente pela celeridade, que é comum a todos, mas, principalmente, por possibilitar o tratamento mais humanizado do conflito.

Neste contexto destacamos a MEDIAÇÃO DE CONFLITOS que consiste na atuação de um terceiro imparcial, denominado mediador, o qual atuará como um facilitador no reestabelecimento do diálogo entre as partes envolvidas no conflito, e possibilitará a formulação de opções para a resolução do mesmo.

A opção que o condomínio fizer para tratar o conflito decorrente da inadimplência será determinante para manutenção ou não da saúde da relação entre o síndico ou preposto do condomínio e o condômino inadimplente.

O tratamento humanizado deste tipo de conflito tão particular nos condomínios é determinante para que seja obtida a harmonia necessária à boa convivência entre os condôminos e entre o condomínio e estes últimos.

O desconforto gerado quando o condômino recebe na sua residência aviso da portaria do condomínio de que há um oficial de justiça querendo encontrá-lo, sabendo tratar-se de cobrança de taxas condominiais é óbvio. Ademais quando em nenhum momento ao mesmo fora oportunizada a justificação deste tipo de conduta, ou, a abertura de um espaço de diálogo para solucionar este tipo de demanda.

A ausência de um espaço de diálogo entre as partes; a ausência de um

Continua na página 16.





CLASSÍNDICO

CLASSÍNDICO





















AGORA EM ARACAJU





Método Não Destrutivo



anos de experiência obras executadas

4.000

100%



www.vetare.com.br

(79) 4141-0960



profissional habilitado para conduzir uma conversa produtiva entre as partes, visando a resolução do conflito; a ausência de um espaço no qual o representante do condomínio possa expor as necessidades comuns da estrutura, a importância da adimplência da taxa condominial, dentre outras razoes que justificam a cobrança; muitas vezes é determinante, inclusive para a postura de alguns condôminos que não aceitam qualquer proposta de acordo.

Entretanto, se temos um ambiente acolhedor; um profissional habilitado com as técnicas necessárias para mover as pessoas da posição de oponentes para colaboradores; tempo para explorar as possibilidades de resolução dos conflitos; apresentamos um panorama muito mais convidativo para a solução racional e pensada dos conflitos, com o ingrediente da compreensão mútua.

Neste contexto temos ainda a situação de descumprimento de acordos realizados na justiça, o qual apresenta uma taxa alta, considerando que muitas vezes as partes não participam da construção da solução e, portanto, não se sentem obrigadas ao seu cumprimento.

Nos conflitos tratados por mediação, estatisticamente, temos um índice de obtenção de acordos na casa dos 80% (oitenta pontos percentuais), e ainda o mesmo índice médio de cumprimento espontâneo dos acordos firmados nestes termos. Ou seja, não somente pelo já exposto, mas também do ponto de vista estatístico, a mediação é de fato a melhor e mais eficiente alternativa à interposição de demandas para tratar de conflitos decorrentes de inadimplência de taxas condominiais.

Convém salientar que na contratação do serviço de mediação, os condomínios devem observar a busca por profissionais verdadeiramente qualificados, e vinculados a Câmaras de Solução de Conflitos cadastradas ao CNJ - Conselho Nacional de Justiça e ao Tribunal de Justiça.

Tais requisitos devem ser somados ainda à confiança do condomínio (por meio do seu representante legal) na pessoa do mediador a ser contratado e ainda da Câmara a que o mesmo esteja vinculado, eventualmente.

É importante que o profissional que será responsável pela prestação do serviço de mediação tenha capacitação para tal desiderato, capacitação esta que somente é obtida com a certificação concedida na realização de curso específico e por instituição legitimada para realização destes cursos.

A observação destes requisitos é importante para determinar a qualidade do serviço e o adequado tratamento do conflito, de modo a aumentar as suas chances de resolução de forma qualitativa.

Por último, mas não menos importante, vale informar que os acordos realizados em sessões de mediação têm valor e segurança jurídica, e podem inclusive ser homologados judicialmente se for esta a vontade do condomínio.

Todo o procedimento de mediação é amparado pela Lei nº 13.140/2015, assim como pelo Novo Código de Processo Civil, tendo surgido neste panorama de completa segurança jurídica.

Concluímos portanto ser necessária a mudança de paradigma no tratamento dos conflitos condominiais, especificamente aqueles decorrentes de inadimplência, devendo o tratamento dado aos mesmo, com a sua judicialização, ser repensado pelos síndicos e administradores de condomínios observando a melhor, mais eficiente e econômica opção para a sua resolução.

